

MÉTODO E VALOR EM MARX

[METHOD AND VALUE IN MARX]

Agemir Bavaresco *

Lutiero Cardoso Esswein **

Pontifícia Universidade Católica do R. G. do Sul, Brasil

RESUMO: O artigo *Método e Valor em Marx* investiga a relação entre a metodologia dialética marxiana e a teoria do valor, com base em *Grundrisse* e no Livro I e III de *O Capital*. O problema central abordado é como a passagem do abstrato ao concreto na exposição de Marx impacta a compreensão da teoria do valor e do trabalho abstrato, com foco nos processos de validação e distribuição do trabalho social, os quais são explicados por meio desses conceitos. O referencial teórico apoia-se em Marx, Rubin, Heinrich e Iber, destacando a influência da dialética hegeliana. O artigo estrutura-se em três eixos principais: (1) a metodologia marxiana nos *Grundrisse*, enfatizando a reconstrução do concreto no pensamento; (2) a relação entre trabalho abstrato, valor e validação social no nível mais abstrato d'*O Capital*; e (3) o aprofundamento dessas categorias no Livro III, onde novas mediações, como a taxa média de lucro, tornam a teoria do valor mais complexa. Os resultados mostram que a teoria do valor não é abandonada no Livro III, mas ampliada por novas determinações, demonstrando a coerência do método marxiano. A análise reforça que o valor e o trabalho abstrato permanecem fundamentos estruturantes da crítica da economia política, mesmo diante das contradições internas da lei do valor.

ABSTRACT: The article *Method and Value in Marx* investigates the relationship between Marxian dialectical methodology and the theory of value, based on *Grundrisse* and Books I and III of *Capital*. The central problem addressed is how the transition from the abstract to the concrete in Marx's exposition impacts the understanding of the theory of value and abstract labor, with a focus on the processes of validation and distribution of social labor, which are explained through these concepts. The theoretical framework is based on Marx, Rubin, Heinrich, and Iber, highlighting the influence of Hegelian dialectics. The article is structured into three main axes: (1) Marxian methodology in the *Grundrisse*, emphasizing the reconstruction of the concrete in thought; (2) the relationship between abstract labor, value, and social validation at the most abstract level of *Capital*; and (3) the deepening of these categories in Book III, where new mediations, such as the average rate of profit, make the theory of value more complex. The results show that the theory of value is not abandoned in Book III but expanded by new determinations, demonstrating the coherence of the Marxian method. The analysis reinforces that value and abstract labor remain fundamental structures of the critique of political economy, even in light

* PhD in Philosophy from the University of Paris I (Pantheon-Sorbonne, 1997). Bachelor's degree in Law from the Catholic University of Pelotas (2007). Graduated in Theology from the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (2010). Currently, he is a professor in the Graduate Program in Philosophy at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: abavaresco@puers.br ** Pós-doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui doutorado, mestrado e bacharelado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: lutieroess@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Método dialético; Trabalho abstrato e concreto; Teoria do valor; Validação social; Taxa média de lucro

of the internal contradictions of the law of value.

KEYWORDS: Dialectical method; Abstract and concrete labor; Theory of value; Social validation; Average rate of profit

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa tem como referência a reconstrução metodológica de Marx de duas de suas obras: *Grundrisse* e *Manuscritos econômico-filosóficos*; e a relação de sua metodologia com a teoria do valor a partir do livro III de *O Capital*.

O conceito de valor é um bom recorte temático para debatermos a questão metodológica, que vincula Marx a Hegel, pois traz muitas possibilidades de discussão.

Como é de interpretação comum e predominante, a exposição categorial de Marx se desenvolve e progride do abstrato ao concreto. À medida que esse desenvolvimento ocorre, as categorias previamente examinadas tornam-se mais complexas em suas determinações, sendo, assim, suprassumidas — embora Marx raramente empregue essa categoria hegeliana, que impulsiona o movimento dialético do lógico-real.

O conceito de valor é tratado de maneira mais abstrata nos primeiros dois livros de *O Capital*. Nesse momento do desenvolvimento categorial, o preço regular das mercadorias é proporcional ao valor delas. A partir do capítulo 9 do Livro III, a determinação concreta se altera: os preços regulares (neste caso, os preços de produção) deixam de ser proporcionais aos valores. Mas isso não significa uma supressão do conceito do valor, mas sim que ele está mais concretizado ou desenvolvido, mediado nas relações capitalistas em torno da taxa média de lucro. A interpretação de Rubín aqui contribui para explicitar nossa pesquisa. Ele defende que o valor é uma relação social de validação dos trabalhos privados. Acontece que no Livro III, essa relação de validação social se dá de modo mais complexo, sendo mediada pela taxa geral de lucro.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre o método dialético marxiano e sua teoria do valor, enfatizando como a passagem do abstrato ao concreto implica a compreensão do valor ao longo de *O Capital*. Para isso, desenvolvemos a discussão em três eixos principais: primeiro, exploramos a metodologia marxiana a partir dos *Grundrisse*, destacando o movimento do pensamento de Marx na reconstrução do concreto no pensamento; em seguida, aprofundamos a compreensão do valor e do trabalho abstrato no nível mais elevado de abstração do Livro I de *O Capital*; por fim, examinamos como a introdução de novas mediações no Livro III complexifica essas determinações, especialmente no que se refere à relação entre valor e taxa média de lucro.

1. A METODOLOGIA MARXIANA NOS *GRUNDRISSE*

O item 3 do “método da economia política” dos *Grundrisse* de Karl Marx é uma seção essencial que aborda a metodologia e os princípios teóricos empregados por Marx para a análise crítica do capitalismo. Nessa parte, Marx reflete sobre o processo de investigação científica e a relação entre o concreto, o abstrato e as categorias econômicas na economia política.

Marx começa destacando que o ponto de partida na análise científica da economia deve ser o concreto, ou seja, a realidade empírica e histórica que percebemos na sociedade, como o sistema de produção e as relações sociais. No entanto, para compreender essa realidade em profundidade, é necessário abstrai-la, isto é, decompor

os fenômenos concretos em suas determinações essenciais e categorias básicas, como valor, trabalho, capital, mercadoria etc.

Ele explica que o processo de pensamento parte do abstrato para reconstruir o concreto no pensamento, mas esse concreto reconstruído é, agora, uma síntese de múltiplas determinações, conceitualmente desenvolvidas. Portanto, o concreto, tal como é conceitualmente reconstruído no pensamento não é uma mera reprodução do todo concreto abstrato, mas o resultado da elaboração científica.

Marx contrapõe seu método ao dos economistas clássicos que, segundo ele, frequentemente isolam categorias econômicas sem considerar seu desenvolvimento histórico ou suas inter-relações no sistema capitalista. Ele ressalta que a economia política clássica não compreende que as categorias econômicas não são imutáveis, mas expressam formas históricas específicas de produção social.

Marx também critica o pensamento idealista, que tenta deduzir o concreto diretamente de conceitos abstratos, sem partir da realidade material. Para ele, o movimento do pensamento deve refletir o movimento real do objeto de estudo, considerando tanto os aspectos históricos quanto sociais.

Por fim, Marx sublinha que as categorias econômicas, como capital, valor ou trabalho assalariado, não existem independentemente das relações sociais concretas. Elas só podem ser compreendidas em sua totalidade histórica e no contexto do modo de produção capitalista.

1.1. Metodologia epistemológica da economia política

No item 3, ‘o método da economia política’ dos *Grundrisse*, Marx elabora os passos metodológicos e epistemológicos da economia política, porque há, ao mesmo tempo, uma crítica ao método dialético hegeliano e uma proposta epistemológica de como conhecer a realidade econômica em oposição aos economistas e suas teorias explicativas da economia moderna.

Do real concreto ao conceitual abstrato e da síntese teórica à realidade prática: O método da economia política parte do concreto empírico, passa pela abstração e retorna ao concreto como síntese teórica em que o real está conceitualmente reproduzido no pensamento. ou seja, trata-se de um movimento que vai do concreto ao abstrato, retornando, em seguida, ao concreto. Nos *Grundrisse*, Marx enfatiza que o ponto de partida de sua análise é a realidade concreta (o modo de produção capitalista como ele aparece empiricamente), mas essa realidade só pode ser compreendida quando analisada por meio de conceitos que, embora inicialmente abstratos, representam as determinações fundamentais das relações de produção capitalistas. No caso da teoria do valor, ele parte do fato concreto de que as mercadorias têm um valor de troca que se manifesta nos mercados e investiga o seu fundamento, o valor.

Marx descobre que o valor não é uma propriedade material da mercadoria, mas sim uma expressão das relações sociais mediadas pelo trabalho humano abstrato. Ao abstrair a multiplicidade das formas de trabalho concreto (carpintaria, tecelagem, agricultura etc.), ele identifica que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Esse movimento do concreto ao abstrato e retorno ao concreto aparece claramente quando Marx conecta a forma-valor (categoria abstrata) ao seu modo de manifestação no mercado (o preço, que é concreto). A sequência de etapas é: valor de troca - valor → trabalho abstrato – valor de troca ou forma-valor – forma-dinheiro.

Os *Grundrisse* explicitam o processo de conhecimento da ciência econômica, ou seja, eles são uma epistemologia dos momentos do conhecimento do objeto da

economia política imediato (mercado e suas teorias):

Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto (Marx, 2011, p. 54).

1.1.1. Epistemologia marxiana

Para Marx o processo epistemológico acontece em dois graus com desdobramentos metodológicos internos:

1º) Intuir e representar o objeto: A efetividade concreta, como objeto da economia política, é apreendida no pensar por meio do intuir e do representar. A realidade em sua multiplicidade é intuída como uma “representação caótica do todo” (Marx, 2011, p. 54), que é o abstrato imediato. Por que o todo aparece inicialmente como algo diretamente abstrato? Porque ainda não foi analisado em seus momentos singulares. Esse objeto da intuição sensível e da representação é dado como um todo em forma pré-conceitual, e não há, por enquanto, uma diferenciação singular desse ‘todo caótico’. No pensar conceitual temos dois momentos metodológicos: o analítico e o sintético.

a) O pensar analítico – o todo concreto abstrato é apreendido pelo pensar analítico. O real é dado na sua multiplicidade e o pensar analítico decompõe e estabelece diferenças, isto é, separa o real. Por exemplo, na categoria ‘população’ temos dois modos do pensar analítico proceder: 1) O modo dos economistas do século XVII que “começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado”; esse modo de proceder analítico da população é uma representação ainda caótica, ou seja, separada ou abstrata. 2) E o modo que Marx propõe de compreender a ‘população’ “como uma rica totalidade de muitas determinações e relações”, em que estão incluídas diferentes “relações determinantes, abstratas e gerais, que [se] descobrem por meio da análise” [...] e “que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial (id. p. 54)”. Agora, o todo concreto abstrato apreendido por meio do intuir e representar foi analisado pelo pensar conceitual em seus momentos abstratos que, de ora em diante, “ascende do abstrato ao concreto” (G, p. 54). “A relação das determinações simples, abstratas umas para com as outras, como elementos de um todo, conduz à reprodução mental do concreto” (Iber, 2025, p. 37), que é o segundo grau metodológico - o pensar conceitualizante, enquanto pensar sintético.

2º) Pensar conceitualizante: O método de ascender do abstrato ao concreto alcança o resultado do processo epistemológico marxiano enquanto pensar sintético.

b) O pensar sintético - o todo concreto conceitual reproduz o todo concreto abstrato no pensamento, ou seja, dá-se a apropriação intelectual do concreto abstrato no concreto mental. “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida” (Marx, 2011, p. 54).

Marx distingue dois momentos da apropriação teórica da realidade. O primeiro é a “representação plena” do todo concreto abstrato, por meio do pensar analítico das determinações abstratas do intuir e representar. Ou seja, nesse primeiro momento, a representação plena é “volatilizada em uma determinação abstrata”. O concreto

representado - o concreto que resulta da intuição e que não é ainda uma totalidade concreta construída a partir de conceitos - é decomposto nos elementos simples e basilares - em determinações que, embora abstratas, tornam-se o fundamento e ponto de partida do momento seguinte: o pensar sintético.

O segundo é o ascender dessas abstrações para a reprodução do concreto no processo do pensar sintético. Assim, o processo de apropriação intelectual envolve esses dois caminhos, começando da abstração da análise da "representação caótica do todo" e, depois, até chegar a uma síntese que reconstrua o concreto de maneira conceitual. Há dois inícios para a apropriação intelectual da efetividade: (i) o todo concreto abstrato da intuição e da representação e (ii) as abstrações conceituais do pensar analítico. O todo concreto da efetividade está inicialmente presente em uma forma abstrata na intuição e na representação. Isso é analisado pelo pensar conceitual e reduzido a determinações conceituais abstratas. Em seguida, o pensar começa a sintetizar essas determinações conceituais abstratas. Esse é um segundo começo. Esse segundo início está dentro do pensar conceitual.

A concepção dos dois inícios, que Marx apresenta no posfácio da 2ª edição de *O Capital* como a diferença entre modo de pesquisa e modo de exposição, é central em sua crítica à visão ilusória do pensamento em Hegel. Marx trabalha com a ideia de reprodução mental, que se opõe tanto a uma interpretação vulgar da reflexão quanto a um marxismo simplificado. Para ele, apenas a reprodução conceitual do concreto efetivo revela sua verdadeira natureza. Se o modo de pesquisa for ignorado, surge a falsa impressão de que a exposição sistemática da economia seria uma mera "construção a priori" (Ver Iber, 2025, p. 40-41)¹.

O modo de exposição do conteúdo da reprodução intelectual ou conceitual do concreto precisa apresentar as categorias em uma sequência ordenada. Isso levanta a questão: Essa sequência lógica de exposição corresponde também à ordem histórica dos acontecimentos? Ou seja, o modo como as categorias são organizadas na teoria reflete a forma como se desenvolveram na história? Iber afirma: "O lógico não é o conceito "eterno", mas a estrutura lógica de uma totalidade social historicamente determinada" (Iber, id. p. 41).

Marx responde à questão de se o desenvolvimento das categorias deve ser entendido de forma histórica ou lógica. Ele defende que o modo de exposição teórica das categorias econômicas deve seguir uma ordem sistemática baseada na estrutura real da sociedade burguesa, mesmo que, historicamente, seu desenvolvimento tenha ocorrido de outra maneira. Assim, a sequência das categorias no modo de exposição do conteúdo não busca reproduzir a ordem cronológica dos eventos, mas sim refletir a organização interna da sociedade burguesa, que é o objeto da análise e aquilo que se pretende compreender conceitualmente (Ver Iber, p. 42).

1.1.2. Com e contra o método dialético hegeliano

A visão idealista do conhecimento em Hegel nega o ponto de partida concreto do pensamento, que existe fora e independentemente do pensamento, desconsiderando os níveis prévios da intuição e da representação, que são condições necessárias para o pensamento conceitual. O idealismo busca um pensar sem pressupostos, onde o conceito se autogeraria independentemente da intuição e da representação. Isso leva à equiparação entre a reprodução mental da realidade e sua própria criação, dissolvendo, em última instância, a realidade objetiva no pensamento. Em contraste, Marx enfatiza que, na reprodução mental da efetividade, o sujeito — a sociedade — deve sempre ser considerado como pressuposto fundamental (Ver Iber, p. 38).

Cabe aqui um comentário para ampliar o diálogo Hegel-Marx e Marx-Hegel: Em Hegel, a Lógica é a mediação entre a Fenomenologia e a Enciclopédia. A Lógica fundamenta o saber filosófico pressuposto na Fenomenologia; depois desdobra o saber filosófico em suas estruturas de pensamento categoriais, que estão em ação em todas as ciências concretas, especialmente, nas duas ciências filosóficas da Natureza e do Espírito. Marx critica o método hegeliano de idealista e propõe o método dialético como ponto de partida o todo concreto abstrato, ou seja, do real concreto ascender para o resultado conceitual e daqui o retorno ao ‘todo caótico’. Será que Marx leu o sistema hegeliano pela metade? Segundo a afirmação acima o sistema hegeliano (F-L-E) começa na realidade concreta da certeza sensível avança até o saber absoluto (as essencialidades puras, ou as categorias lógicas) como pressuposto para entrar na Lógica e daqui regressar para o real concreto (E). Se fizermos essa leitura do sistema hegeliano, a crítica marxiana pode ser enfraquecida? Se Marx teria lido Hegel pela metade, será que o seu método não é muito mais próximo do de Hegel do que o próprio filósofo de Tréveris imaginou? Uma indicação de que talvez Marx não tenha compreendido plenamente Hegel se encontra na seguinte passagem do Posfácio da segunda edição alemã d’O Capital: “Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (Marx, 2017, p. 90).

Segundo Iber (2025), ao contrário de Hegel, Marx não busca fundamentar a ciência da economia política a partir de uma lógica que analisa as formas abstratas do pensamento. Para Marx, as categorias da economia política — como mercadoria, dinheiro, capital, trabalho assalariado e acumulação — não podem ser derivadas de conceitos puramente lógicos, como ser, nada, devir ou algo e outro. Embora reconheça que as categorias do pensamento possam ser analisadas e deduzidas logicamente, Marx considera essa investigação um exercício separado, sem relação com a ciência da economia política. Em suma, ele rejeita qualquer conexão metafísica entre a lógica e as ciências reais.

Marx, ao refletir sobre o método da crítica da economia burguesa, não se ocupa em derivar as formas lógicas do pensamento, como faz Hegel. Em vez disso, ele utiliza as reflexões hegelianas sobre o desenvolvimento da compreensão para orientar sua abordagem na crítica da economia política.

Por isso, Marx critica o método hegeliano ao apontar que, embora tenha grande valor por seu caráter dialético, o método de Hegel está "de cabeça para baixo", pois começa do “processo de pensamento [...] sob o nome de Ideia” (Marx, 2017, p. 90), como ponto de partida, em vez de partir da realidade material e concreta.

Marx reconhece que o método dialético de Hegel é uma grande contribuição, pois compreende o movimento e as contradições internas nos fenômenos. No entanto, ele critica o idealismo subjacente ao método hegeliano, que toma o desenvolvimento do espírito absoluto ou das categorias do pensamento como o motor da realidade. Para Marx, o problema central de Hegel está no fato de que o concreto parece ser uma simples realização do abstrato, isto é, efetivação da Ideia.

Hegel parte do abstrato, do processo de pensamento (Ideia) para produzir o concreto (realidade) no pensamento. Marx argumenta que o concreto real (a produção material, as relações sociais) precede as abstrações e deve ser o ponto de partida da análise científica. Marx afirma que, em Hegel, o processo real aparece apenas como o resultado do processo do pensamento, quando, na verdade, é o contrário: o pensamento deve refletir os processos materiais reais:

Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo (Marx, 2011, p. 55).

Marx não deriva as categorias da crítica da economia política da lógica de Hegel. Pelo contrário, ele mostra que elas são as categorias de uma sociedade historicamente determinada, a sociedade burguesa, que não é um “Sistema dos Carecimentos” (cf. Hegel, Filosofia do direito, § 89 e seguintes), como pensa Hegel, mas um “sistema monetário” (“Capítulo do dinheiro” é o título da primeira seção dos *Grundrisse*, p. 67-181). Marx usa a dialética de Hegel para desenvolver sistematicamente essas categorias historicamente determinadas, demonstrando sua natureza contraditória e sua validade meramente condicionada historicamente. Ao “colocar Hegel de pé”, Marx utiliza a dialética hegeliana, para compreender as categorias econômicas como expressões de relações materiais e históricas, e não como abstrações atemporais.

No posfácio da segunda edição de *O Capital I*, Marx enfatiza dois aspectos positivos da dialética de Hegel: (1) Hegel apresentou pela primeira vez as “formas gerais de movimento” da dialética “de maneira abrangente e consciente”, ou seja, tese, antítese – contradição – síntese. (2) Em sua forma racional, ela é crítica porque “a intelecção positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a intelecção de sua negação” (Marx, *O Capital I*, p. 91).

Em sua forma mistificada em Hegel, a dialética não é a explicação, mas a transfiguração do existente, porque compreende a realidade como o produto e a expressão do processo de pensamento tomado como sujeito e, portanto, como Ideia.

1.1.3. A teoria do valor e o método epistemológico marxiano

a) Crítica à Economia Política Moderna: As categorias econômicas não são universais; elas refletem relações sociais historicamente específicas. Marx aponta a limitação dos economistas clássicos em não historicizar as categorias econômicas e em não compreender seu caráter dinâmico e contraditório. Marx aplica essa crítica ao método de análise dos economistas clássicos influenciados, direta ou indiretamente, pelo idealismo. Ele argumenta que categorias como “mercadoria”, “valor”, “capital” não podem ser tratadas como abstrações independentes ou eternas, mas precisam ser compreendidas como produtos de relações materiais e históricas específicas.

O método deve acompanhar o movimento real da história e das relações materiais de produção. Este item dos *Grundrisse* estabelece as bases do método dialético que Marx empregará em suas obras posteriores, especialmente em *O Capital*, para desvendar as contradições e o funcionamento interno do sistema capitalista.

Marx argumenta que as categorias da economia política (como valor, capital, mercadoria) não são naturais ou universais, mas históricas, surgindo em condições sociais específicas. No caso da teoria do valor, Marx mostra que o valor é uma categoria específica do modo de produção capitalista, porque só nesse sistema o trabalho abstrato-humano é a fonte da riqueza. Assim, o valor não é aplicável a sociedades pré-capitalistas, onde os produtos não são produzidos predominantemente como mercadorias destinadas à troca.

Esse enfoque histórico permite a crítica de Marx aos economistas clássicos (como Adam Smith e Ricardo), que tratavam o valor como uma categoria atemporal, sem considerar suas raízes nas relações sociais capitalistas.

b) Inter-relação das categorias econômicas: Marx insiste que nenhuma

categoria econômica (como valor, capital ou trabalho) pode ser compreendida isoladamente. Elas só fazem sentido no contexto do sistema capitalista como um todo, em que há uma interdependência entre mercadorias, trabalho e capital. Cada categoria pode apenas ser compreendida em sua conexão com todas as demais e com a própria totalidade da qual são momentos constituintes. O processo de ascensão do abstrato ao concreto reside justamente nisso: num processo de complexificação da totalidade. Conforme novas relações e, portanto, novas categorias a elas relacionadas, vão sendo integradas na exposição, e as categorias já apresentadas são enriquecidas. As categorias de valor e de trabalho abstrato não são abandonadas, mas se tornam mais complexas porque a própria totalidade da qual fazem parte foi complexificada.

Na teoria do valor, o valor das mercadorias não é apenas uma abstração teórica, mas está intimamente ligado a outras categorias. Por exemplo: O trabalho abstrato (base do valor) só existe porque o capitalismo converte a força de trabalho em algo universalmente intercambiável; O tempo de trabalho socialmente necessário como medida do valor está conectado às forças produtivas e ao desenvolvimento tecnológico da sociedade; A forma-valor, que culmina na forma-dinheiro, é uma mediação essencial para que o valor exista no capitalismo.

A mediação entre o geral e o particular aborda como o pensamento deve captar o movimento do real por meio de mediações. Na teoria do valor, isso se expressa na forma como o valor (uma categoria abstrata e geral) se concretiza em preços de mercado (particulares e variáveis). A forma-valor, o dinheiro e o mercado são mediações necessárias entre o trabalho abstrato e sua expressão concreta no sistema capitalista.

No desenvolvimento de *O Capital*, Marx sistematiza essas bases metodológicas dos *Grundrisse* para construir sua teoria do valor: Ele começa com a mercadoria, a célula básica da sociedade capitalista, e mostra como o valor nela contida deriva do trabalho abstrato. A análise progride para a forma-valor (como o valor se manifesta nas trocas), a circulação do dinheiro e, finalmente, para o capital, que é apresentado como valor em movimento.

No *Capital*, livro I, Marx inicia analisando a base da relação de valor de uma mercadoria, abordando sua forma de valor — a expressão do valor de uma mercadoria na forma natural de outra — e sua culminação na forma monetária.

Enquanto portadoras de valor, as mercadorias carregam a determinação de serem um poder social de disposição e acesso sob controle privado. O valor da mercadoria funciona como meio de acesso à riqueza material da sociedade, da qual os indivíduos são excluídos pela propriedade privada. Essa relação se manifesta na troca, onde o valor de uma mercadoria é expresso em outra, conforme Marx explica em sua análise da forma do valor. O valor de uso, por sua vez, está subordinado a essa lógica do valor. Por exemplo, ter 10 reais no bolso me dá o poder de acessar uma cerveja no bar; sem esses 10 reais, esse acesso me é negado.

Nessa sociedade, o simples fato de alguém ter uma necessidade – mesmo algo tão fundamental quanto a fome – não garante que essa necessidade será atendida, muito menos que algo será produzido para supri-la. O princípio do valor fornece uma explicação abstrata para o paradoxo de como, nas sociedades capitalistas, a abundância de valores de uso e capacidades produtivas pode coexistir com altos níveis de pobreza. Essa contradição fundamental remete aos conceitos de trabalho abstrato e de valor, os quais explicam os mecanismos de validação social do trabalho e de distribuição do trabalho social no interior da estrutura econômica capitalista.

2. TRABALHO ABSTRATO, VALOR, VALIDAÇÃO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DO

TRABALHO NO NÍVEL MAIS ABSTRATO D'O CAPITAL

Como exposto anteriormente, a análise das relações de produção capitalistas em *O Capital* começa com conceitos mais abstratos, que, ao longo da exposição, são progressivamente enriquecidos em determinações, tornando-se, assim, cada vez mais concretos. O objetivo da presente seção é apresentar os conceitos de trabalho abstrato e de valor no quadro abstrativo inicial. Pretende-se enfatizar as determinações da validação social dos trabalhos e da distribuição do trabalho social total, as quais são inseparáveis dos conceitos mencionados. Em outras palavras, busca-se explorar de que maneira esse movimento metodológico central em Marx opera no desenvolvimento desses conceitos, pois, para a tradição dialética, forma e conteúdo são inseparáveis.

Na exposição inicial do Livro I d'O *Capital*, que abarca os três primeiros capítulos, Marx investiga diversos conceitos, como a mercadoria, o dinheiro e o sistema de trocas. Contudo, até o capítulo 4 do livro mencionado, não há referência, ainda, às relações de produção capitalistas. Muitos pensadores da tradição marxista, como o próprio Engels (2017b), sustentam que, nessa exposição inicial, Marx estaria investigando relações de produção mercantis pré-capitalistas. Contudo, essa interpretação é bastante problemática. Uma das razões para isso é a de que o próprio Marx estabelece, já no primeiro parágrafo do Livro I, que o conceito inicial de sua exposição é o da mercadoria em razão de que ela aparece como a “forma elementar” da riqueza nas “sociedades em que reina o modo de produção capitalista” (Marx, 2017a, p.113).

Outra interpretação vigente (Heinrich, 2021; Kurz, 2014; Rubin, 1987) é a de que a exposição inicial d'O *Capital* já aborda as relações de produção capitalistas, contudo, ainda em um nível bastante elevado de abstração. Trata-se, portanto, de uma interpretação que está de acordo com a apresentação do método nos *Grundrisse*. Sendo assim, no início d'O *Capital*, o autor está analisando as determinações mais simples e, ao mesmo tempo, mais fundamentais do modo de produção capitalista, como a autonomia e, simultaneamente, a interdependência entre as unidades produtivas, a mercadoria como a forma generalizada do produto do trabalho – o que somente se sucede no interior do modo de produção capitalista – e o fato de que os agentes econômicos somente se relacionam por intermédio de trocas. A investigação inicial das categorias de *trabalho abstrato* e de *valor* se realiza no interior desse nível de abstração elevado. A exposição a seguir tem como base essa segunda interpretação.

2.1. O processo de validação social dos trabalhos

É recorrente a ideia de que os conceitos de trabalho abstrato e de valor em Marx buscam apenas explicar como os preços individuais das mercadorias são determinados. Porém, essa interpretação é equivocada, pois essas categorias também são fundamentais para entender como se realiza a validação social dos trabalhos concretos e privados e a distribuição do trabalho social total no contexto de uma produção generalizada de mercadorias.

Em célebre carta enviada por Marx a Ludwig Kugelmann, escrita em 11 de julho de 1868, ele argumenta que todas as formas históricas do processo de reprodução material devem conter mecanismos que possibilitem a distribuição proporcional do trabalho social total, de modo que o volume do produto de cada uma dessas atividades corresponda à necessidade social desse produto.

Nas formas não mercantis da reprodução social, em que as relações em torno da atividade laboral não são mediadas por coisas, a distribuição do trabalho social total se

concretiza de modo diretamente social, podendo-se fundamentar na coerção da classe dominante, na experiência ou nos costumes.

Essa regulação diretamente social do trabalho social total assegura: i) que todas as atividades produtivas exercidas no interior de uma sociedade são componentes essenciais do sistema de divisão social do trabalho; ii) que as quantidades de trabalho empregadas em cada uma dessas atividades são, aproximadamente, as quantidades adequadas a fim de que o volume de seu produto satisfaça as necessidades sociais correspondentes. Desse modo, conforme interpretação de Rubin (1987), há uma *igualdade social* de todos os trabalhos estabelecida de antemão, isto é, antes mesmo da execução desses trabalhos.

No cenário de uma produção mercantil, a produção social é organizada por produtores autônomos e independentes (Rubin, 1987, p.21), que somente se conectam entre si por intermédio das trocas dos produtos de seus trabalhos. Sendo assim, suas relações são sempre mediadas por coisas, e, por conseguinte, trata-se de relações reificadas. Não é possível, nesse contexto, nenhuma regulação direta e consciente do trabalho social total, e, por conseguinte, nenhum produtor sabe, previamente, se a atividade produtiva que realiza é um momento necessário da divisão social do trabalho; tampouco é possível saber, de antemão, se as quantidades de trabalho executadas em cada ramo são as quantidades adequadas.

Desse modo, nesse contexto, a igualdade social dos trabalhos somente pode ser estabelecida posteriormente ao processo de trabalho, como resultado de um processo de equiparação dos trabalhos preteritamente executados. Contudo, como todas as relações dos produtores de mercadorias entre si são relações reificadas, na instância social das trocas, o que esses produtores equiparam direta e conscientemente são os produtos dos seus trabalhos, no que se estabelece uma relação de equivalência entre os valores desses produtos. Subjacente a esse processo de igualação dos valores das mercadorias, isto é, sem que os próprios agentes econômicos tenham consciência, realiza-se o processo de igualação dos trabalhos concretos e privados. Conforme Marx: “Porque [os produtores] equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano” (Marx, 2017a, p.149).

A igualdade dos trabalhos, mediada pela igualdade dos valores dos produtos desses trabalhos, ocorre mediante a supressão de suas particularidades: “A igualdade *toto coelo* [plena] dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato” (Marx, 2017a, p.149). Desse modo, o “trabalho social ou socialmente igualado, *na forma específica que possui na economia mercantil*, pode ser chamado trabalho abstrato” (Rubin, 1987, p. 111, grifo nosso).

Aqui, é fundamental considerar a conexão entre a categoria de trabalho abstrato com as categorias de trabalho concreto e de valor.

O trabalho útil ou concreto é aquele considerado segundo sua “forma específica” (Marx, 2017a, 124), própria de cada atividade produtiva particular; nessa perspectiva, trata-se do aspecto do trabalho responsável pela produção de valores de uso (Marx, 2017a, 124). Como todas as sociedades precisam concretizar o “metabolismo entre o homem e a natureza” (Marx, 2017a, p.120), essa determinação do trabalho é comum a todas as formas históricas da reprodução social (Marx, 2017a, p.120). Ao contrário, o trabalho abstrato é uma forma historicamente determinada que o trabalho adquire no interior da estrutura econômica capitalista. É apenas no capitalismo que o processo de trabalho se generaliza na forma de uma produção de mercadorias, e, portanto, é apenas nessa forma histórica que a igualdade social dos trabalhos somente pode se estabelecer

por meio da redução dos diversos trabalhos concretos a trabalho humano abstrato. Assim sendo, o trabalho concreto e o trabalho abstrato constituem um duplo aspecto do trabalho inserido no contexto de uma produção generalizada de mercadorias.

No quadro da produção mercantil-capitalista, muitos autores da tradição marxista, como recentemente Moseley (2023), sustentam que o trabalho assume a sua forma abstrata já no interior do processo de produção. Contudo, essa interpretação se revela incorreta, pois o trabalho abstrato resulta da equiparação dos trabalhos concretos *na esfera das trocas*, por intermédio da equiparação dos produtos do trabalho: “A redução dos diferentes trabalhos concretos privados a esta abstração de trabalho humano igual *só se realiza por meio da troca*, que de fato equipara produtos de diferentes trabalhos entre si” (Marx, 1987, p.41, T.N, grifo nosso).

Passa-se agora à consideração da conexão entre as categorias de trabalho abstrato e de valor. Como já afirmado anteriormente, os produtores de mercadorias somente estabelecem relações entre si por meio das trocas dos produtos de seus trabalhos; por conseguinte, todas as suas relações são mediadas por objetos. Por isso, as determinações sociais dos trabalhos dos produtores de mercadorias apenas se manifestam como propriedade das próprias coisas: “a forma-mercadoria [...] reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho” (Marx, 2017a, p.147).

Do mesmo modo que o processo de igualação social dos trabalhos se apresenta como um processo de igualação dos produtos do trabalho, o resultado desse processo, o trabalho socialmente igualado, sob a configuração histórica de trabalho abstrato, se manifesta como uma propriedade dos produtos do trabalho – o valor. Como afirma Marx: a “igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho” (Marx, 2017a, p.147). Assim sendo, o valor e sua grandeza são, respectivamente, a expressão reificada de trabalho abstrato e de um certo *quantum* de trabalho abstrato. Importa acrescentar que, no interior de um sistema econômico baseado na produção generalizada de mercadorias, o dinheiro realiza a mediação de todas as trocas, disso resultando que o próprio dinheiro se torne a única forma de manifestação do valor.

No contexto da sociedade de produtores de mercadorias, os trabalhos concretos somente se convertem em parcelas do trabalho social total quando assumem o caráter de “universalidade”, ao contrário das formas não mercantis da reprodução social em que o trabalho já figura como “imediatamente social” em sua “particularidade” (Marx, 2017a, p.152). Por conseguinte, o processo de igualação social dos trabalhos privados e concretos é, simultaneamente, seu processo de validação social.

Sob o aspecto qualitativo, o valor de uma mercadoria, expressão reificada de trabalho abstrato, manifesta que o trabalho concreto que a produziu é um elo necessário da divisão social do trabalho. Sob o aspecto quantitativo, a grandeza de valor de uma mercadoria representa o *quantum* de trabalho abstrato em que se converteu a quantidade de tempo de trabalho concreto nela empregado, indicando, assim, quanto desse tempo de trabalho é reconhecido, efetivamente, como uma parcela do trabalho social total.

Esse aspecto quantitativo pode ser considerado segundo duas determinações. A primeira, muito mais debatida, diz respeito à produtividade média de cada atividade produtiva determinada. Para a produção de cada mercadoria específica, requer-se um tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja: “aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (Marx, 2017a, p.117). O valor representado em cada mercadoria individual é determinado por esse tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção (Marx, 2017a, p.117). Sendo assim, se um produtor opera com uma produtividade abaixo da média de seu setor, e, portanto,

emprega uma quantidade de tempo de trabalho concreto superior ao socialmente requerido para produzir uma dada quantia de mercadorias, essa quantidade de tempo de trabalho concreto será convertida em um *quantum* inferior de trabalho abstrato, ou, em outros termos, em uma quantidade inferior do trabalho social total homogêneo.

A segunda está relacionada à totalidade do trabalho aplicado em cada atividade produtiva. Nos atos de trocas, os trabalhos concretos, empregados na miríade de ramos de produção, são reduzidos a determinadas quantidades de trabalho humano homogêneo. Marx assume, muitas vezes, que o trabalho social total foi distribuído de forma proporcional entre os diferentes ramos de produção, de modo que o volume do produto de cada um desses ramos corresponde ao volume das necessidades sociais. Nesse contexto de equilíbrio perfeito, a mesma quantia de tempo de trabalho concreto aplicada nos mais diversos ramos se converterá em um mesmo *quantum* de trabalho abstrato, isto é, em uma mesma parcela do trabalho social total. Como exemplifica Rubin, referindo-se a esse contexto de distribuição perfeitamente proporcional do trabalho social total: “Uma hora de trabalho do produtor de botas e uma hora de trabalho do produtor de tecidos são igualadas, cada uma delas corresponde a igual parcela do trabalho total da sociedade distribuído entre todos os ramos de produção” (Rubin, 1987, p.81).

Dessa maneira, as categorias de trabalho abstrato e de valor expressam uma relação de validação social do trabalho (Heinrich, 2012, p.50), a qual possui dois aspectos intimamente vinculados: a validação social da quantidade de tempo de trabalho que cada produtor individual emprega na produção de uma determinada quantidade de mercadorias de um tipo específico – isto é, se a produtividade de cada indivíduo está ou não em concordância com a média do setor – e da quantidade total de tempo de trabalho empregada em cada ramo – isto é, se a quantidade total de trabalho empregada em um setor é a proporcional.

2.2. O processo de distribuição do trabalho social total

Até agora, esse item centrou-se no processo de validação social dos trabalhos no interior da estrutura econômica mercantil. Resta, portanto, examinar como ocorre o processo contínuo de distribuição do trabalho social – ou seja, o processo de regulação da atividade laboral total.

Na organização mercantil da produção social, a distribuição do trabalho social total é “regulada pelo princípio de igual vantagem de produção” (Rubin, 1987, p.112). No nível de abstração inicial d’*O Capital*, a igualdade de vantagens se traduz no fato de que cada produtor recebe, em troca de um produto que requereu um determinado *quantum* de trabalho, uma massa de dinheiro com a qual pode comprar produtos que exigem o mesmo *quantum* de trabalho. Contudo, conforme afirmado anteriormente, todas as relações entre os produtores de mercadorias são mediadas pelo dinheiro, de modo que “o preço-dinheiro das mercadorias [é] que serve como o mecanismo imediato de regulação do sistema” (Shaikh, 1977, p.116, T.N).

Dessa maneira, num contexto de distribuição perfeita do trabalho social total, a quantidade total de trabalho concreto empregada em cada setor será a proporcional, convertendo-se, assim, em um mesmo *quantum* de trabalho abstrato. Por conseguinte, abstraindo-se as distintas produtividades individuais dos produtores de um mesmo ramo, uma dada quantidade de tempo de trabalho empregada em todos os setores se representará em uma mesma grandeza de valor nas mercadorias produzidas, as quais serão trocadas pela mesma quantia de dinheiro. Deve-se observar que cada setor produz um volume distinto de artigos ao longo de um mesmo tempo de trabalho. Por isso, o

valor e o preço unitário das mercadorias de diferentes espécimes não serão idênticos.

Contudo, a distribuição perfeitamente proporcional do trabalho no contexto de uma sociedade de produtores de mercadorias é praticamente uma impossibilidade. A incongruência entre o volume do produto de um determinado setor e a necessidade social desse produto – e, portanto, entre o trabalho social total empregado e aquele socialmente requerido – pode-se dar de dois modos (Rubin, 1987, p.80): ou o volume do produto ultrapassa a necessidade social, configurando um cenário de superprodução, ou o volume do produto é insuficiente para atender à necessidade social – configurando um cenário de subprodução.

No primeiro cenário, a quantidade de trabalho empregado no setor se converterá em uma quantidade menor do trabalho homogêneo total da sociedade. Nas palavras de Marx: “uma parte do tempo de trabalho social terá sido desperdiçada, e a massa de mercadorias representará então, no mercado, uma quantidade de trabalho social muito menor que a quantidade nela efetivamente contida” (Marx, 2017b, p.222).

Em troca das mercadorias produzidas ao longo de n horas de trabalho, os produtores desse setor obterão uma massa de dinheiro inferior à que os produtores de outros setores receberão em troca das mercadorias produzidas ao longo das mesmas n horas de trabalho. Isso revela que produzir nesse setor é uma situação desvantajosa, levando alguns produtores a se deslocar para outros setores produtivos. Como consequência, ocorrerá uma diminuição progressiva do trabalho empregado nesse setor, acompanhada de uma redução do volume do produto e, simultaneamente, do preço de cada unidade-mercadoria. A saída de produtores desse setor somente se encerrará quando produzir nele não for mais desvantajoso, isto é, quando a quantia de dinheiro obtida com a venda das mercadorias produzidas ao longo de n horas for equivalente à quantia de dinheiro que os produtores dos demais setores recebem pelas mesmas n horas de trabalho. O momento em que essa equivalência é atingida é, simultaneamente, o momento em que o volume do produto passa a corresponder ao volume das necessidades sociais, e, portanto, o trabalho empregado no setor passa a corresponder à quantidade de trabalho socialmente requerida.

No setor em que há subprodução, todo o processo se inverte. Obtém-se uma massa de dinheiro maior em troca de um mesmo *quantum* de trabalho empregado. Produtores migrarão para esse ramo, que proporciona uma vantagem superior, fazendo com que o volume do produto cresça progressivamente e, simultaneamente, os preços diminuam. Assim como no caso anterior, esse movimento somente será estancado quando o volume do produto e o volume das necessidades sociais, e, portanto, o trabalho empregado e o trabalho socialmente requerido, passarem a corresponder.

Dessa maneira, ainda que não seja possível uma regulação social e direta da atividade laboral no contexto de uma produção generalizada de mercadorias, essa forma contém mecanismos que possibilitam um constante processo de reorganização do trabalho social total. Nessa forma “o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção” (Marx, 2017a, p.156), de modo que os produtores de mercadorias são impelidos a realizar as ações por meio das quais essa reorganização se concretiza – sem que os próprios produtores tenham consciência disso.

3. DO ABSTRATO AO CONCRETO: O ENRIQUECIMENTO DAS DETERMINAÇÕES NO LIVRO III D’O CAPITAL

Como afirmado anteriormente, a exposição dos conceitos n’*O Capital* segue um movimento do abstrato ao concreto. No primeiro capítulo do Livro I da mencionada obra, Marx está considerando apenas algumas das determinações mais basilares do

modo de produção capitalista. Contudo, conforme a exposição avança e novas determinações são integradas à investigação, os conceitos até então analisados tornam-se mais ricos em determinações.

Conforme Rubin (1987, p.241), essa complexificação crescente possui dois momentos cruciais. O primeiro se dá a partir dos capítulos 4 e 5 do Livro I, em que a exposição de Marx passa a abranger, não apenas as relações entre produtores de mercadorias, mas também as relações entre capitalistas e trabalhadores, nas quais esses últimos são explorados pelos primeiros. O segundo ocorre nos capítulos 8 e 9 do Livro III d' *O Capital*, quando Marx passa a incluir em sua análise as relações de competição intersetorial entre capitais. O objetivo desse item consiste em apresentar o enriquecimento das determinações apresentadas no item anterior a partir desse segundo momento de complexificação.

O primeiro ponto que deve ser considerado é o de que aquilo que mais interessa aos capitalistas não é o lucro, forma fenomênica do mais-valor, que se apropriam após o encerramento de cada ciclo de seu capital, mas sim a taxa de lucro, forma fenomênica da taxa de mais-valor. Nas palavras de Marx: “[a] taxa de lucro, é o agulhão da produção capitalista” (2017b, p.281). Por conseguinte, se no quadro mais abstrato do início do Livro I a igualdade de vantagens se expressa no fato de que cada produtor se apropria de um *quantum* de trabalho social proporcional ao *quantum* de trabalho que ele próprio despendeu, no quadro mais concreto de investigação do Livro III a igualdade de vantagens se manifesta no fato de que todos os capitais-setoriais – ou seja, as massas de capital aplicadas em cada setor – se apropriam de uma mesma taxa de lucro – a taxa média de lucro –, ou, o que dá no mesmo, que uma mesma massa de capital proporciona uma mesma massa de lucro – o lucro médio – qualquer que seja o setor em que tenha sido investida: “Capitais de igual valor investidos em esferas diferentes de produção rendem o mesmo lucro” (Rubin, 1987, p.245).

Contudo, devido às diferentes composições orgânicas entre os setores econômicos, a formação de uma taxa média de lucro seria impossível caso o preço das mercadorias fosse proporcional ao tempo de trabalho socialmente requerido para sua produção (Marx, 2017b, p.188). A existência da taxa média de lucro supõe que as mercadorias sejam vendidas por seu preço de produção, o qual consiste no preço de custo “acrescido do lucro percentualmente adicionado – em correspondência com a taxa geral de lucro” (Marx, 2017b, p.192).

Os conceitos desenvolvidos previamente ao Livro III não são abandonados, como defende Böhm-Bawerk (1949), para quem Marx teria mudado de ideia no que concerne à sua primeira formulação da teoria do valor, mas sim complexificados em uma totalidade mais ampla em determinações. Mais que isso: os conceitos de trabalho abstrato e de valor constituem o fundamento a partir do qual os preços de produção e o lucro médio são formados. Uma das razões para isso é a de que a própria taxa média de lucro é formada a partir da proporção entre a massa global de mais-valor e o capital adiantado total em termos de valor. Os processos de validação social do trabalho e de distribuição do trabalho social total, intrinsecamente relacionados às categorias de trabalho abstrato e valor, também operam no nível mais concreto de análise do Livro III, o que também evidencia que Marx não abandonou sua teoria do valor. Contudo, os críticos de Marx, muitas vezes, ignoram que a teoria do filósofo alemão também busca explicar esses processos, e não apenas a formação dos preços.

Deve-se considerar que, agora, a distribuição do trabalho social não se realiza mais por meio das ações dos produtores, mas sim pelas decisões dos capitalistas. A distribuição do trabalho social passa a ocorrer através da contínua movimentação de capital entre os diversos setores econômicos: “A distribuição das forças produtivas entre esferas individuais da economia social toma a forma de uma distribuição de capitais

entre essas esferas. Esta distribuição de capitais leva, por sua vez, à distribuição do trabalho vivo, ou força de trabalho” (Rubin, 1987, p.243). Contudo, é importante frisar que, devido às distintas composições orgânicas dos capitais setoriais, uma mesma massa de capital pode representar distintas quantidades de trabalho vivo (Marx, 2017b, p.192), maior em ramos de menor composição orgânica, menor em ramos de maior composição orgânica.

Na exposição inicial de Marx do Livro I, a distribuição perfeitamente proporcional do trabalho social total expressava-se no fato de que todos os produtores recebiam a mesma quantia de dinheiro em troca de uma mesma quantidade de trabalho realizado. Com a complexificação da abordagem de Marx, a distribuição perfeitamente proporcional do trabalho social total passa a expressar-se em um cenário onde todos os capitais auferem a mesma taxa de lucro, independentemente da massa de trabalho vivo que mobilizam e da massa de mais-valor que exploram.

Dessa maneira, o processo de validação social do trabalho se realiza por intermédio da taxa média de lucro – tal como no nível de abstração do Livro I, trata-se de um processo reificado de validação social dos trabalhos despendidos preteritamente. As quantidades de trabalho concreto empregadas nos mais diversos setores demonstram ser parcelas necessárias do trabalho social total na medida em que a venda das mercadorias produzidas por elas proporciona a taxa média de lucro. Isso significa que essas quantidades de trabalho concreto se convertem em quantidades equivalentes de trabalho abstrato e, portanto, geram quantidades equivalentes de valor. Contudo, isso não significa que cada capitalista se apropria de toda massa de valor novo gerada no interior do processo de trabalho concretizado no seu capital; precisamente o contrário, pois a formação dos preços de produção supõe que uma parte da massa de mais-valor se transfira de capitais setoriais de menor composição orgânica para capitais setoriais de maior composição orgânica.

Quando, ao contrário do cenário anterior, alguns setores obtêm taxas de lucro superiores à média, enquanto outros abaixo da média, isso indica que há subprodução nos primeiros – doravante, o conjunto de setores A – e superprodução nos segundos – doravante, o conjunto de setores B, o que evidencia que há uma distribuição desproporcional de capital, e, como consequência, do trabalho social total. Isso estimulará a transferência de capital do conjunto de setores B para o conjunto de setores A, e, portanto, de trabalho.

No conjunto de setores A, o volume do produto crescerá conforme se amplie a massa de capital nele empregado, diminuindo, concomitantemente, os preços dos produtos desses ramos de produção, e, portanto, também a taxa de lucro. Inversamente, no conjunto de setores B, o volume do produto diminuirá conforme decresce a massa de capital nele empregado, aumentando, concomitantemente, os preços dos produtos desses ramos de produção, e, portanto, também a taxa de lucro. Subjacente a isso, está operando uma transferência do trabalho social – e, portanto, uma redistribuição do mesmo –, dos ramos em que há excesso de trabalho para os ramos em que a quantidade total de trabalho aplicado é insuficiente para satisfazer o volume da demanda. Somente quando tanto o conjunto de setores A quanto o conjunto de setores B tiverem uma taxa de lucro proporcional à média, situação em que o volume do produto e o volume da necessidade social coincidem, que será suspensa qualquer motivação para deslocamento de massas de capital e, portanto, também de trabalho.

Por conseguinte, a taxa média de lucro é não apenas o instrumento por meio do qual se dá a validação social dos trabalhos, mas também o princípio da regulação da atividade laboral total – ainda que os capitalistas não tenham consciência disso, pois tudo que sua consciência individual capta é a necessidade de alocar seu capital para os ramos produtivos que proporcionam a maior taxa de lucro possível.

Por fim, deve-se considerar um aspecto essencial acerca do processo de validação e redistribuição do trabalho social. O processo de reprodução material da sociedade, uma vez que assume a forma histórica capitalista, é regido por uma finalidade também historicamente determinada, a saber, a produção de massas crescentes de mais-valor. Portanto, o processo de trabalho não é realizado tendo em vista a satisfação das necessidades humanas. Mesmo o consumo dos trabalhadores é, sob a perspectiva do capital, um mero meio de reproduzir um elemento necessário do processo de valorização do valor. Por essa razão, a explicação da proporcionalidade ou desproporcionalidade entre demanda e oferta não deve se basear na satisfação das necessidades humanas, mas sim nos requerimentos materiais do processo de acumulação. É o sujeito automático que, enquanto lógica autonomizada do processo de reprodução, regula o metabolismo entre os seres humanos e a natureza, fazendo do mundo construindo pelo trabalho humano à sua imagem, conforme sua semelhança.

Marx opera com um método dialético que parte das determinações mais simples do capitalismo para depois desenvolver suas contradições internas. No *Capital* (Livro I), ele começa pela mercadoria e o valor, situando o trabalho abstrato como fundamento da economia mercantil-capitalista. O conceito de trabalho abstrato e de valor já aparece num nível elevado de abstração no início do *Capital*.

A exposição de Marx segue um movimento do abstrato ao concreto, com diferentes níveis de determinação: No nível inicial do *Capital* - Livro I, ele formula a lei geral do valor. No *Capital* - Livro III, ele introduz mediações como a concorrência, o crédito e a distribuição do capital, que tornam a aplicação dessa lei mais complexa e contraditória. No capítulo 15 do *Capital* - Livro III, Marx explica como as contradições internas da lei se tornam evidentes, levando a crises cíclicas. Isso ajuda a entender essa metodologia ao mostrar como, mesmo no nível mais abstrato da exposição inicial, Marx já está tratando de determinações especificamente capitalistas, o que se desdobra nas análises mais concretas do Livro III.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia inicial d'*O Capital*, destaca a relação entre trabalho abstrato e valor. Marx começa *O Capital* analisando a mercadoria, o dinheiro e as trocas sem abordar explicitamente as relações de produção capitalistas. No entanto, o objeto dessa exposição já é o modo de produção capitalista, como argumentam Heinrich, Kurz e Rubin.

O trabalho abstrato não é apenas uma categoria explicativa dos preços, mas um elemento central para compreender a validação e distribuição do trabalho social. Em sociedades pré-capitalistas, a distribuição do trabalho ocorre de maneira diretamente social (exemplo: castas na Índia). No capitalismo, a validação do trabalho ocorre indiretamente, por meio da troca de mercadorias, na qual o trabalho concreto é reduzido a trabalho abstrato.

Os produtores de mercadorias só se relacionam entre si por meio das trocas. A equiparação dos valores das mercadorias reflete a equiparação dos trabalhos concretos e sua conversão em trabalho abstrato. Esse processo ocorre sem a consciência dos agentes econômicos, o que contribui para a reificação das relações sociais.

O trabalho abstrato se manifesta na mercadoria sob a forma de valor. A grandeza do valor é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria.

No capitalismo, a distribuição do trabalho social total ocorre por meio das trocas, reguladas pelo princípio da “igual vantagem de produção”. A oscilação entre

superprodução e subprodução ajusta indiretamente a alocação do trabalho social. A regulação não é consciente ou planejada, mas se dá pela dinâmica dos preços e pela busca de vantagem econômica.

Assim, a metodologia inicial de *O Capital* parte de um nível de abstração elevado para expor os fundamentos do capitalismo, demonstrando como a igualdade social do trabalho ocorre mediada pelo valor e pelas trocas. Isso revela o caráter fetichista das relações de produção, em que os trabalhadores não controlam conscientemente o processo social do trabalho. As mesmas determinações do nível mais abstrato do início do Livro I de *O Capital* se encontram presentes no nível mais concreto de investigação, contudo, mediadas pelos conceitos de taxa geral de lucro e preços de produção. Também nesse contexto abstrativo, os trabalhos somente podem ser socialmente validados por meio de sua equiparação recíproca mediada pelas trocas e pelo sistema de preços; contudo, essa validação é complexificada pelo fato de que quantidades igualmente necessárias do trabalho social total, empregadas em ramos produtivos de composição orgânica diversas, manifestam-se em preços de produção desiguais. A razão disso é que os valores, em que as quantidades de trabalho abstrato se expressam, não são imediatamente apropriados pelos capitalistas, pois a formação dos preços de produção supõe uma redistribuição do mais-valor global entre os capitalistas de acordo com a grandeza do capital de cada um.

Enfim, a pesquisa analisou a relação entre o método dialético marxiano e a teoria do valor, enfatizando como a passagem do abstrato ao concreto estrutura a crítica da economia política. A partir dos *Grundrisse*, explorou-se a reconstrução do concreto no pensamento, evidenciando a necessidade de partir da totalidade social para compreender suas determinações internas. No Livro I de *O Capital*, demonstrou-se que o trabalho abstrato fundamenta a teoria do valor, sendo a forma específica da validação social do trabalho na produção mercantil-capitalista. No Livro III, analisou-se como a introdução de novas mediações, como a taxa média de lucro, complexifica essa teoria sem eliminá-la, mas inserindo-a em um nível mais determinado da análise do capitalismo. O método dialético marxiano, ao integrar forma e conteúdo, revela as contradições imanentes da economia capitalista, permitindo compreender como a regulação social do trabalho ocorre de forma fetichizada e reificada. Dessa forma, reafirma-se que a teoria do valor permanece um eixo central da crítica marxiana, sendo essencial para apreender a dinâmica interna do capital e suas determinações mais concretas.

REFERÊNCIAS

- BÖHM-BAWERK, Eugen von. Karl Marx and the close of his system. In: Paul M. Sweezy (org.), *Karl Marx and the close of his system*. Nova York: Augustus M. Kelly, 1949.
- ENGELS, Friedrich. Apêndice e notas suplementares ao Livro III d'O Capital. In: *O Capital – Crítica da Economia Política. Livro III*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- HEINRICH, Michael. *An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx's Capital*. Tradução: Alexander Locascio. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2012.
- HEINRICH, Michael. *How to Read Marx's Capital - Commentary and Explanations on the Beginning Chapters*. Tradução: Alexander Locascio. New York: Monthly Review Press, 2021.
- KURZ, Robert. *Dinheiro sem Valor*. Tradução: Lumir Nahodil. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2014.
- IBER, Christian. *Marx & Hegel: Método e teoria marxiana do capitalismo*. Porto Alegre: Editora Fênix, 2025. (no prelo)

- MARX, Karl. [Correspondência]. Destinatário: Ludwig Kugelmann. Londres, 11 de julho de 1868. Disponível em: <https://megadigital.bbaw.de/briefe/detail.xql?id=M0000679>.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Maria Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA) II - Band 6. Berlin: Dietz Verlag, 1987.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política. Livro I*. Tradução: Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política. Livro III*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MOSELEY, Fred. *Marx's Theory of Value in Chapter 1 of Capital – A Critique of Heinrich's Value-Form Interpretation*. South Hadley: Palgrave Macmillan, 2023.
- RUBIN, Isaak. *A Teoria Marxista do Valor*. Tradução: Jose Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- SHAIKH, Anwar. Marx's Theory of Value and the 'Transformation Problem'. In: SCHWARTZ, J (org.). *The Subtle Anatomy of Capitalism*. Santa Monica: Goodyear Publishing Company, 1977, p.106-140.

NOTAS

- 1 Iber comenta que a totalidade concreta, que inicialmente é apenas representada, é reconstruída no pensamento e transformada em conceito. No entanto, isso não elimina a diferença entre a totalidade pensada e a realidade concreta. Como o entendimento intelectual da realidade mantém sua autonomia, Marx redefine a relação entre teoria e prática: aquilo que para Hegel era o estágio final — a teoria — Marx considera apenas um passo intermediário, colocando a práxis como o passo definitivo. Ainda assim, Marx enfatiza que a apropriação intelectual é uma condição fundamental para a transformação prática da realidade (Ver id. p. 41). Não encontramos, explicitamente, nos *Grundrisse* tal passo definitivo para a práxis. Embora possamos encontrar uma indicação indireta para a práxis: “O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça, isso, claro, enquanto a cabeça se comportar apenas de forma especulativa, apenas teoricamente” (Marx, p. 55, 2011). A afirmação do momento da práxis faz parte de um projeto geral de Marx, não explicitado na *Introdução* que é compreender o mundo para transformá-lo. A referência para tal pode ser encontrada na 11ª tese sobre Feuerbach: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diferentes maneiras; trata-se, porém, de transformá-lo”. Marx, K., & Engels, F. *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Trad. R. Enderle, N. Schneider, & L. Martorano, São Paulo: Boitempo, 2015.